

RELATO DE EXPERIÊNCIA: O USO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA CONDUÇÃO DA TEMÁTICA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO.

Lidiane da Conceição Barboza Bomfim ¹
Géssika Cecília Carvalho da Silva ²

RESUMO

O presente relato de experiência visa descrever os resultados da aplicação de uma sequência didática sobre a violência contra a mulher na disciplina de Sociologia, em uma turma de doze alunos do quarto ano do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Alagoas – IFAL. A sequência didática aplicada possibilita desenvolver no aluno um novo olhar sobre a temática, na medida em que trabalha o conteúdo através diferentes recursos pedagógicos que priorizam e estimulam sua capacidade reflexiva, de reconhecer e intervir nos problemas sociais a sua volta, levando em consideração suas opiniões, anseios e necessidades, sem dissociá-las do viés profissionalizante inerente aos Institutos Federais. Esse trabalho tem como objetivo aprofundar e fomentar as discussões acerca da violência de gênero entre os alunos do Ensino Médio Integrado, conduzindo-os para uma formação cada vez mais cidadã. Para a sua realização, foi utilizada uma pesquisa anterior que forneceu dados para o desenvolvimento da sequência didática, em seguida, sua aplicação, e por fim, a análise da efetividade desse recurso entre os sujeitos investigados. Utilizou-se o questionário de perguntas mistas como mecanismo para obtenção desses dados. Observou-se que a discussão em torno do tema é relevante para os alunos e que estes têm interesse em aprofundar seu conhecimento na área. Conclui-se que, apesar de a turma ser pequena, os resultados são positivos, pois os alunos conseguiram assimilar o conhecimento de maneira satisfatória, e que os recursos apresentados contribuíram para qualificar o ensino-aprendizagem entre eles.

Palavras-chave: Violência de gênero, Ensino médio integrado, Formação cidadã.

INTRODUÇÃO

A violência de gênero em nossa sociedade é um fenômeno cultural que se mantém presente nas diversas esferas sociais, desde um passado remoto até os dias atuais. Não é incomum observar nos meios de comunicação relatos de violência contra a mulher, principalmente no ambiente doméstico, que demonstram a necessidade de

¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Alagoas – ProfEPT/IFAL. E-mail: lidicbb@hotmail.com;

² Professora do Instituto Federal de Alagoas – IFAL; Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: gessikacecilia@hotmail.com

atuação de todos os setores da sociedade, no sentido de desmistificar a ideia de superioridade do homem sobre a mulher e, conseqüentemente, avançar no tocante à diminuição desses casos de violência.

Em virtude da necessidade de atuação social a escola assume uma posição de vanguarda, pois desempenha um importante papel no desenvolvimento das relações sociais. Nesse sentido, buscou-se através do uso da sequência didática, fomentar o debate em torno da temática no intuito de transformar esses alunos em vetores de promoção humana com vistas à desconstrução da cultura de violência contra a mulher que ainda permanece nos dias atuais.

Essa abordagem se desenvolve no âmbito dos Institutos Federais, pois é imperioso ressaltar a questão do Ensino Médio Integrado - EMI e sua relevância nos cursos desenvolvidos pelos IFs, com vistas a uma formação mais global e assentada na omnilateralidade (FRIGOTTO, 2012), e não apenas voltada ao ensino puramente propedêutico ou profissional, defendidas pelo modelo fragmentário de educação imposta pelo modo de produção capitalista (KUENZER, 2009).

Ao contrário, pelo viés da integração, busca-se valorizar o estudo da violência de gênero sem dissociar o conteúdo do contexto profissionalizante nem da educação básica. A ideia é redimensionar a temática de modo a possibilitar a sua adequação aos mais diferentes espaços, passando por todos os níveis e etapas que compõem o EMI.

Isso porque, numa perspectiva de formação integral, não basta que o sujeito tenha uma formação voltada apenas à lógica econômica do capitalismo, onde as estratégias educacionais profissionalizantes são suficientes, uma vez que atende satisfatoriamente aos seus anseios. Muito pelo contrário, numa educação inserida na lógica da formação integral, os sujeitos são levados a obter, simultaneamente, uma formação básica comum associada à profissionalização complementar, sempre fundamentada na “concepção de formação humana integral, tendo como eixos estruturantes o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura” (MOURA, 2013, p. 1), como modelo ideal de formação.

Esse conceito de Ensino Médio Integrado nos remete à noção de um ensino mais global e menos centralizado numa só perspectiva, quer seja a educação básica ou profissionalizante. Essa forma de encarar a educação propõe um modelo educacional mais voltado à “formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do estado.” (MOURA, 2013, p. 1) e que propicie uma formação emancipatória.

É necessário, pois, a desmistificação da ideia de dualidade e fragmentação que se instalou no Brasil, em relação ao ensino técnico profissionalizante. Por essa perspectiva de dualidade, haveria uma distinção entre o ensino propedêutico e o trabalho desenvolvido a partir dos cursos profissionalizantes que estão intimamente ligados ao mercado de trabalho, servindo à expansão do capitalismo (MOURA, 2013). Essa dualidade só reforça a ideia de educação associada à mercadoria, reduzindo sua importância na formação humana e contribuindo para o crescimento econômico que serve à lógica do mercado e nada mais.

Desse modo, essa educação fragmentada, imposta pela sociedade de classes e oriunda da força capitalista, segregou o ensino separando aqueles que “nasceram para o trabalho” daqueles que “nasceram para as atividades intelectuais”. A partir dessa divisão, muitos indivíduos se viram compelidos a desprezar o estudo das ciências e da cultura para mergulhar num estudo puramente profissionalizante, na medida em que necessitam do trabalho como mero instrumento de sobrevivência.

De modo contrário, a formação dita “integral” apresenta-se como “omnilateral” na medida em que opera em “todos os lados ou dimensões” (FRIGOTTO, 2012, p. 265) do sujeito. Ou seja, essa omnilateralidade da formação é, segundo Frigotto (2012, p. 265), “a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico”.

O projeto de ensino médio integrado, portanto, estaria “centrado no desenvolvimento do estudante como sujeito de necessidades, de desejos e de potencialidades” (RAMOS, 2007, p. 5) e não apenas no mercado de trabalho como única opção. Pelo contrário, a ideia de integração no ensino médio foca [...] “na perspectiva da emancipação humana, que só pode ocorrer à medida que os projetos individuais entram em coerência com um projeto social coletivamente construído.” (RAMOS, 2007, p. 5).

Por essa concepção de ensino integrado, além da previsão constitucional (artigo 226, § 8º, CRFB/88), encontramos, também, na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), artigo 8º, inciso V, fundamentos para desenvolver a temática nos institutos federais quando preconiza a realização de um conjunto articulado de ações entre o mundo jurídico e a educação:

Art. 8º (...)

V - A promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres. (BRASIL, 2006).

Com isso, evidencia-se a importância de se trabalhar a temática na perspectiva da educação, por existir previsão jurídica que possibilita que o assunto não fique cerceado aos órgãos oficiais de defesa e de controle da violência, mas também, porque existe uma necessidade, sobretudo, sob o viés do ensino médio “integrado, da educação unitária, politécnica e omnilateral” (RAMOS, 2007, p. 1), que viabiliza o desenvolvimento das potencialidades humanas, facilita a apreensão e difusão do conhecimento e, por consequência, forma cidadãos mais ativos e participativos no processo de tomada de decisões em âmbito social.

Por essa perspectiva de emancipação humana, pensou-se numa proposta metodológica para a organização e planejamento do ensino da violência de gênero que pudesse acontecer de maneira significativa, levando em consideração o contexto social no qual os alunos estão inseridos, bem como seu conhecimento prévio sobre o assunto.

Para tal, a sequência didática se mostrou condizente com os objetivos almejados, já que consegue ordenar, estruturar e articular a realização de objetivos educacionais (ZABALA, 1998) como os pretendidos. Ainda para o autor, toda prática pedagógica exige uma organização metodológica para sua execução (ZABALA, 1998). Nesse sentido, o trabalho do professor é de fundamental importância, visto que é através de suas estratégias de ensino que se possibilita ao aluno a concretização de sua aprendizagem. Para isso, ele deve adotar mecanismos capazes de transmitir o conhecimento e que sejam úteis ao desenvolvimento intelectual e social do sujeito.

No que tange à violência contra a mulher, a sequência didática desenvolvida objetiva trabalhar o tema de maneira mais dinâmica, não se limitando à reprodução de práticas corriqueiras, como aulas expositivas de cunho apenas propedêutico. Pelo contrário, ela visa ensinar o conteúdo a partir de um conjunto de estratégias, atividades e intervenções planejadas pelo professor, no intuito de alcançar o aprendizado e tornar os discentes sujeitos mais comprometidos com a resolução dos problemas sociais a sua volta.

Diante disso, iremos relatar nossa experiência de aplicação de uma sequência didática entre alunos do ensino médio integrado e professores de Sociologia do Ifal, cujo conteúdo explorado foi a violência contra a mulher, observando como ela

colaborou no processo de ensino-aprendizagem e na contribuição que pode ser dada a esses estudantes no sentido de tornar propício uma formação mais humanizada e integral.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da sequência didática foi realizada uma intervenção anterior, através da aplicação de questionários, com alunos e professores de quatro turmas dos cursos de Agroecologia e Agroindústria do Ifal, buscando diagnosticar a percepção desses sujeitos no trato com a questão da violência contra a mulher. O objetivo foi reconhecer as necessidades pedagógicas do grupo, de forma a conduzir a pesquisa para a produção de um material didático que atendesse às especificidades por eles apontadas.

A partir disso, a sequência didática foi estruturada em três aulas que abordam a violência de gênero com métodos e estratégias de ensino diferenciadas, cujo conteúdo varia conforme a classificação proposta por COLL (1986 apud ZABALA, 1998, p. 30) em conceituais, procedimentais e atitudinais.

O primeiro encontro trouxe a apresentação de imagens de mulheres vítimas de violência física, juntamente com a apresentação de uma música, que sugere a existência de relacionamentos abusivos e como eles não são percebidos por essas mulheres. Trata-se, conforme a tipologia apresentada por Antoni Zabala, de uma aula com conteúdo conceitual e procedimental. Conceitual, pois aborda entre os alunos os conceitos de violência e gênero, que são termos abstratos, e que na visão do autor, possibilitam trabalhar a “capacidade de compreensão e interpretação de significados.” (ZABALA, 1998, p. 43).

É ainda um conteúdo procedimental, pois a partir da observação das imagens e da música, permite que os alunos façam suas reflexões e sejam capazes de contextualizar criticamente o tema. Para o autor (ZABALA, 1998, p. 43), “um conteúdo procedimental [...] é um conjunto de ações ordenadas e com um fim, quer dizer, dirigidas para a realização de um objetivo.” E o objetivo dessa aula inicial, é despertar nos alunos o interesse em tentar entender a origem dessa violência, bem como fazê-los refletir acerca dessa problemática social que envolve o gênero feminino.

O segundo momento traz a reprodução de um documentário sobre a violência doméstica. Essa etapa também apresenta um conteúdo procedimental e atitudinal,

trazendo como potencialidade a possibilidade de aproximar os jovens a histórias reais de violência praticada contra a mulher, fazendo-os perceber a importância de se debater o tema.

Por fim, o último momento traz a apresentação de um vídeo que retrata, de maneira didática, a estruturação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) por meio da literatura de cordel. Seu conteúdo, na tipologia apresentada por Zabala (1998), se estrutura na perspectiva procedimental (observação/reflexão) e atitudinal (emissão de juízo de valor), permitindo que os alunos tenham contato com a Lei Maria da Penha, aproximando-os da realidade mais jurídica do instituto (as formas de violência, as medidas de proteção, as penas a que o agressor poderá ser submetido, as formas de tratamento destinadas às mulheres vítimas de violência doméstica, etc.) e também possam transmitir o conhecimento exposto de maneira mais fluida.

Após a aplicação da sequência didática, foram utilizados questionários de perguntas mistas no intuito de avaliar como transcorreram as aulas programadas, se foram satisfatórias para os envolvidos, se atenderam às expectativas pretendidas e quais pontos poderiam/deveriam ser melhorados, ampliados ou modificados na visão dos alunos e dos professores participantes, de modo a aprimorá-la.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sequência didática foi aplicada nas aulas dos dias 24 e 31 de outubro, e 07 de novembro de 2019. Optou-se por não permanecer na sala de aula no momento do desenvolvimento das atividades, considerando que a presença do pesquisador poderia interferir no funcionamento das atividades. Dessa forma, todas as instruções e materiais foram repassados anteriormente ao professor que iria conduzir as etapas da sequência. Nessa perspectiva, as percepções aqui comentadas se referem não apenas ao relatado na pesquisa avaliativa, mas em conversas informais após a aplicação do questionário de avaliação.

O primeiro momento foi considerado como o mais impactante, pois os alunos já tinham ciência da temática que seria discutida, mas não do formato que se apresentaria. Essa aula contou com a presença de 16 alunos. Inicialmente foram apresentadas as imagens sobre violência física e já foi perceptível o desconforto dos alunos, em que alguns viravam o rosto ou externavam expressões de dor e sofrimento. À medida que as imagens iam sendo apresentadas, os principais conceitos já foram discutidos e os alunos

trouxeram exemplos de situações semelhantes que aconteceram em suas cidades e com pessoas conhecidas. Aqui o professor precisou instigá-los à participação, pois de início ficaram mais calados, talvez exatamente pelo impacto inicial causado pela temática. A discussão da música terminou ficando mais restrita devido ao tempo; apesar disso, não foi menos importante, uma vez que alguns alunos não conheciam a música e outros, até então, não tinham se atentado para o conteúdo da mesma.

O segundo momento teve a participação de 11 alunos. Foi perceptível que a exibição do documentário conseguiu atrair a atenção dos jovens, um fato a ser destacado, pois na atualidade percebe-se a dificuldade de concentração do público mais jovem nas aulas. Após assistirem ao documentário, os próprios alunos iniciaram as considerações, e dessa vez o professor não precisou instigá-los à participação.

Uma aluna ficou emocionada e relatou o que passou na infância, em que presenciava constantemente situações de violência com sua mãe por parte de seu pai, que consistiam em agressões verbais e até físicas, até o momento em que a mãe se separou por não suportar tais situações. Se a primeira aula foi a mais impactante, essa segunda foi considerada a de maior carga emocional. Após o relato da aluna, um aluno também comentou que sua mãe sofria, ainda, agressões verbais por parte de seu pai. Alguns alunos choraram (principalmente meninas) e o término da aula foi de solidariedade e abraços.

A terceira e última aula contou com a presença de 12 alunos. Essa foi considerada a aula de mais leveza pelos alunos, exatamente pelo formato em que a Lei Maria da Penha foi apresentada, através da literatura de cordel. A maior parte deles só conhecia a Lei superficialmente, através de comentários na TV e piadas. Assim, foi ressaltada a importância desse instrumento jurídico e foram mencionados exemplos de casos ocorridos no estado de Alagoas, lembrados por eles, em que ocorreu a aplicação da Lei.

Por fim, no dia 14 de novembro de 2019 (apenas uma semana depois da sequência didática ter sido vivenciada em sala de aula) realizamos a avaliação das atividades desenvolvidas (pesquisa avaliativa), que teve a participação de 13 alunos e o professor.

Essa pesquisa avaliativa contou com 8 (oito) perguntas para o docente e 6 (seis) perguntas para os discentes, sendo respondido por 1 (um) professor e 13 (treze) alunos, que compõem uma turma do quarto do quarto ano do curso de Agroindústria de um campus do Instituto Federal de Alagoas.

Inicialmente, demonstra-se a opinião dos alunos. Foi analisado como eles avaliaram o formato de aulas que foi aplicado a respeito da temática da violência de gênero. Dos 13 (treze) alunos que responderam ao questionário, 11 (onze) deles responderam que foi satisfatório e 2 (dois) insatisfatório.

Ainda nesse primeiro ponto, foi questionado o porquê dessa satisfação (ou não) com o formato disposto. A intenção foi perceber qual ou quais pontos merecem maior atenção, seja no sentido de reforçar a estratégia aplicada, ou de adequá-la às necessidades indicadas pelos discentes.

Para aqueles que apontaram que o formato foi satisfatório, a maioria das justificativas se deu no sentido de que: “as aulas abordaram o conteúdo de maneira clara, através de situações do dia a dia”; “por gerar uma maior conscientização das pessoas”; “por se dar de maneira descontraída”; “pelo uso das tecnologias nas aulas” e “por mostrar a prática e não somente a teoria”.

Nesse caso, observou-se que a dinâmica sugerida nas aulas foi o ponto mais preconizado pelos alunos. Isso se deve ao fato de as aulas apresentarem uma proposta mais interativa e, também, por lhes proporcionar a capacidade de expressar e manifestar o pensamento acerca do tema.

Por outro lado, para aqueles que julgaram a abordagem insatisfatória, a explicação dada foi que: “faltou abordar o assunto de maneira mais ampla” e “que o método aplicado é necessário, mas o tempo de duração deveria ser maior para que se pudesse provocar o debate local e, conseqüentemente, expandir a abordagem do tema”.

Essa foi justamente a principal limitação identificada após os questionários avaliativos: o tempo dispensado para a abordagem das aulas. Um grande número de alunos sugeriu o aumento do tempo na condução dessas aulas de forma a trabalhá-lo mais detalhadamente e com a profundidade necessária para atingir o objetivo pretendido, que é a absorção e a conseqüente conscientização dos alunos em torno da problemática social.

Os alunos também foram questionados se consideraram as aulas suficientes para uma mudança de comportamento nos jovens em relação à violência contra a mulher. Obtivemos resposta positiva para 8 (oito) alunos, e 5 (cinco) negativas.

Perguntados sobre o porquê dessa resposta, os alunos que responderam afirmativamente entenderam: que “dá pra sentir na pele o que as mulheres sofrem”; pelo fato de elevar as discussões e levantar o pensamento crítico; por fazê-los refletir sobre seus atos e por “abrir a mente dos jovens”.

Já para aqueles que responderam negativamente, a justificativa foi a de que é preciso uma série de outras ações para a mudança de comportamento, além destas que estão sendo aplicadas. Segundo os respondentes, mais ações que: “enraízem o sentimento de repúdio à violência”; “que a temática não seja trabalhada apenas uma única vez, mas no dia a dia”; “por ser um método passivo de aplicação, logo, não necessariamente, poderia conscientizar alguém” e “por ter abordado o assunto superficialmente”.

Diante das respostas obtidas, apesar da maioria dos alunos entenderem que as aulas são suficientes para uma mudança de comportamento nos jovens, percebeu-se que o trabalho esporádico da temática não se mostra eficaz na pretensão por uma mudança de comportamento em relação à violência contra a mulher como almejamos.

Pelo contrário, entende-se que é necessário um trabalho sistemático de práticas educativas que consiga abordar a temática de maneira contínua e reiterada nas escolas. E isso se deve ao fato de que a violência de gênero é um assunto de grandes contornos sociais, muitas vezes encarado como um problema de saúde pública, e que é por meio da escola e suas práticas de cidadania que caminharemos rumo à promoção da igualdade entre os gêneros.

Nesse sentido, segundo Gomes (1998, p.116, apud SANTOS, 2008, p. 24), “Entre preconceitos e discriminações, cabe à escola pública o importante papel de proporcionar a seus alunos um modelo de tolerância a ser aplicado na sociedade.” A escola, portanto, seja ela pública ou privada, tem a missão de levar a reflexão sobre a questão de gênero, sensibilizando seus partícipes a atuar contra situações de desigualdades e preconceito, e fomentando o respeito à diversidade.

Os alunos foram questionados a respeito da utilização da música nas aulas. A questão buscou compreender se a música foi capaz de contribuir para o aprendizado dos alunos. Do total de alunos respondentes, 11 (onze) deles responderam que sim e 2 (dois) responderam que não, justificando (aqueles que foram positivos) que: “a música serve para o aprendizado e crescimento cultural”; “por abrir a mente para relacionamentos abusivos”; “pelo novo formato de ver os protestos”; “por ter sido assunto na prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)”; “pela profundidade emocional que a música traz, que faz refletir sobre o assunto” e “pela dupla mensagem que a música transmite, de amor sufocante e violência como algo normal”.

Para os dois alunos que responderam negativamente, um justificou que “a música apenas ajudou a refletir sobre o que aconteceu” e o outro aluno respondeu que “eu nem prestei atenção”.

Mais uma vez, enfatiza-se a importância da dinamicidade das aulas na construção e transmissão do conhecimento. A música, nesse sentido, é mais uma ferramenta que o professor pode utilizar ao seu favor, na medida em que é capaz de deixar as aulas mais dinâmicas, conseguir conectar o aluno ao conteúdo proposto e estimular outras habilidades sensoriais (AVANÇO; BATISTA, 2017).

Na sequência, buscamos a percepção dos alunos sobre a viabilidade do estudo da lei Maria da Penha, no formato de literatura de cordel. Para 10 (dez) alunos o formato foi satisfatório e para 2 (dois) insatisfatório, e um deles não respondeu ao questionamento.

Para aqueles que responderam de maneira afirmativa, as justificativas foram as seguintes: “por ter sido dinâmico”; “por ter sido bem aplicado”; “por ser interessante”; “por ser uma maneira diferente de tratar e informar sobre o tema”; “por não conhecer a história da lei”, e “por relatar bem a temática”.

Para os dois alunos que mostraram insatisfação com o estudo da lei, um justificou que: “apesar da lei existir, a mulher ainda fica muito vulnerável, que as punições deveriam ser mais severas e que as medidas protetivas deveriam ser melhoradas”; o outro aluno respondeu “não lembro”.

Nesse ponto, apesar de observar o alto índice de satisfação sobre o formato de estudo da Lei, uma resposta pode ser destacada, sobre a falta de conhecimento sobre a história da lei. Certamente, muitos alunos não conhecem ou não tiveram a oportunidade de ter contato com a lei, de estudar a sua origem e os mecanismos de proteção nela contidos, por diversos motivos. Levar aos alunos esse aspecto da temática se mostra, sem dúvidas, uma prática interessante, uma vez que os alunos teriam acesso às medidas jurídicas/penais de combate à violência de maneira mais concreta e com a possibilidade de uma maior apropriação do conteúdo e da ampliação do conhecimento.

Por outro lado, com o exíguo tempo das aulas de Sociologia, o aprofundamento do estudo da lei fica inviabilizado neste momento da pesquisa. Assim, o assunto apenas retratado de maneira mais modesta, como se fez através da literatura de cordel, ao menos conseguiu levar ao conhecimento dos alunos informações sobre a existência de leis e mecanismos jurídicos/penais de combate e prevenção da violência contra a mulher em nosso país.

Em seguida, buscamos compreender a opinião dos alunos sobre o documentário apresentado. Dos treze alunos, três deles não responderam e dez deles responderam que: “foi bom”; “importante para saber como as mulheres vítimas de violência se sentem”; “que são legalmente protegidas”; “que foi forte e que os exemplos de violência são assustadores”; “que foi satisfatório”; “encantador”; “muito pesado”; “muito bom”; “um relato de contribuição do sofrimento das mulheres” e “foi bem abordado”.

Por fim, foi solicitado aos alunos que eles descrevessem o que deveria ser melhorado ou acrescentado nessa sequência de aulas sobre a violência de gênero. Nesse quesito, obteve-se 100% de participação dos alunos. Segundo eles: “poderia ser aumentado o tempo de aulas”; “aplicação de debates”; “utilização de filmes”; “mais debates sobre a legislação”; “trazer agentes públicos para o debate”; “participação de outros profissionais”; “trazer mais relatos de casos de violência”; “continuar com o debate sobre o tema” e “filmes sobre o tema”.

Novamente, destaca-se o fato dos alunos almejavam a ampliação do conteúdo a partir de novas e/ou posteriores atividades que possam dar sequência ao trabalho que foi iniciado. Percebe-se o interesse deles em aprofundar o estudo da temática, bem como a necessidade de atividades mais dinâmicas e recorrentes na sua condução.

Diante de tais necessidades, fica claro que a temática necessita ser trabalhada de maneira mais pontual, e não apenas como apêndice de um tronco maior que inclui outras temáticas, genericamente falando. Isso porque a prática educativa aplicada nas escolas, seja ela de formação básica ou tecnológica, deve alcançar o objetivo de revelar nos professores e alunos um pensamento crítico e uma capacidade reflexiva que busque realçar a “função social do ensino” e que permita “melhorar a prática na sala de aula” (ZABALA, 1998, p. 16).

Para isso, foi pensado a indicação de alguns filmes que abordam a temática de modo a contribuir para o aprofundamento desejado por eles. São eles: *Vidas Partidas* (Marcos Schechtman, 2016); *Feminicídio no Brasil* (Catherine Debelak, Letícia Dias e Marina Garcia, 2015); *No devagar depressa dos tempos* (Eliza Capai, 2014) e *O Silêncio das Inocentes* (Ique Gazzola, 2010).

Quanto ao docente, também buscamos identificar suas percepções sobre a sequência didática proposta. Assim, perguntado sobre o formato de aulas que foi apresentado, o professor respondeu que foi satisfatório, “pois os recursos sugeridos contribuíram para chamar a atenção e envolver os discentes na discussão”. Porém, fez a

crítica de que “poderia ser visto algum recurso que ajudasse a fazer uma construção mais teórica do tema”.

Em seguida, foi questionado se os alunos tiveram alguma dificuldade em realizar as avaliações propostas. O docente respondeu que sim, “devido às dificuldades de gerenciamento de tempo, pois os alunos estavam envolvidos com a prova do Enem” no momento em que houve a aplicação das aulas.

Buscamos também avaliar a participação dos alunos nessas aulas, na visão do docente. Ele respondeu que foi satisfatório, “pois houve envolvimento e participação suficiente para cumprir os objetivos propostos”, porém, mais uma vez, enfatizou a “ausência de material teórico que poderia trazer uma discussão mais madura para o tema”.

Perguntado se a quantidade de aulas e o tempo disponível na disciplina de Sociologia foram suficientes para a aprendizagem do tema, o professor respondeu que não, pelo fato de que as aulas de Sociologia só têm duração de 50 minutos semanais, o que dificulta a aprendizagem. Afirmou que “seria interessante pensar em estratégias para adaptar essa limitação de tempo”.

Buscou-se, ainda, identificar como o docente avaliou o aprendizado do aluno a partir do estudo da música. Para ele, o resultado foi insatisfatório, pois, “apesar do envolvimento que teve, faltou a articulação com um material de apoio didático, que, às vezes, deixou a discussão na superficialidade”.

Questionado sobre o estudo da lei Maria da Penha no formato que foi aplicado, o docente considerou satisfatório, pois “o cordel é interessante para despertar o interesse, mas pontuou que talvez o contato com a legislação também fosse necessário”.

A respeito do documentário utilizado na aula, o docente considerou satisfatório, pois “conseguiu conciliar depoimentos e a fala de especialistas na temática”.

Por fim, o docente foi questionado sobre o que poderia ser melhorado na sequência didática. Ele respondeu que “poderia ser pensado um material de apoio para evitar a superficialidade da discussão, como textos sobre gênero ou legislação original da Lei Maria da Penha”.

Diante das reflexões feitas pelo docente, visualizaram-se duas questões principais que mereceram atenção. A primeira é a necessidade de um material teórico que sirva de apoio às atividades desenvolvidas. A segunda é a ausência de tempo hábil para conduzir todas as atividades propostas sem prejudicar os outros conteúdos programáticos.

Na tentativa de minimizar esses problemas, foi pensada algumas alternativas que poderão ser utilizadas em outras oportunidades de aplicação dessa sequência didática. A primeira delas é quanto ao fator tempo: sugere-se, independentemente da sequência didática, que a temática seja abordada de maneira transversal nos três anos do ensino médio integrado. No primeiro ano quando se trabalha sobre Socialização e controle social; no segundo ano quando trabalha sobre Cidadania, Direitos Humanos e Movimentos Sociais, e no terceiro ano através do contexto que trata sobre Cultura e Desigualdade Social, conforme consta no Projeto Político Pedagógico dos dois cursos.

Sobre o fator “ausência de material teórico”, foi pensada a inclusão na sequência didática, como atividades para casa e em substituição àquelas que foram propostas, a leitura de dois textos bases que tratam sobre a violência contra a mulher. Isso traria uma aproximação ainda maior do assunto com as atividades desenvolvidas em sala.

O primeiro texto estará presente na primeira aula e traz o tema “Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder”, das autoras Zanatta e Faria (2018). Na segunda aula, trataremos o texto “Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas”, das autoras Guimarães e Pedroza (2015).

Os dois textos abordam a violência contra a mulher, sendo que o primeiro traz uma explanação sobre os conceitos de gênero e poder, relacionando-os à questão da desigualdade entre os sexos e a consequente violência praticada contra elas; e o segundo traz definições e conceitos das diversas formas de violência existentes, mostrando, ainda, a análise da LMP como inovação jurídica na superação da banalização dessas condutas violentas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por práticas pedagógicas que visam melhorar e ampliar a atuação docente e a capacidade de absorção de conteúdos nos discentes é, sem dúvidas, o caminho para o desenvolvimento de uma educação mais eficiente, diga-se, mais comprometida com a ideia de integração, principalmente quando se trata dos Institutos Federais, onde essa perspectiva é ainda mais evidente.

Desse modo, ao fazer a análise de como vem sendo trabalhada a temática da violência contra a mulher, na perspectiva de alunos e professores, procuramos nos aproximar ainda mais da realidade vivenciada no campus, buscando desconstruir a ideia

imediatista de centralidade dos cursos técnicos voltados simplesmente ao mercado de trabalho, para direcionar os esforços na promoção de uma formação mais humana, com foco no indivíduo, para além do conhecimento propedêutico.

Isso quer dizer que a ideia de integração também deve abarcar o estudo dispensado aos problemas sociais que permeiam a nossa sociedade. A violência de gênero, por sua vez, tornou-se o objeto de estudo deste trabalho na medida em que se revela altamente nociva às relações sociais e, também, por estar previsto como conteúdo programático do quarto ano do ensino médio integrado.

Os dados obtidos nos revelaram uma fragilidade na maneira como o tema vem sendo trabalhado pelos docentes. Seja por uma questão de falta de tempo ou por ser tratado de maneira mais genérica, a pesquisa mostrou a necessidade de o assunto ser trabalhado mais profundamente.

Dessa forma, entendemos que há viabilidade para a sequência didática que foi construída visando atender às necessidades do público-alvo, que são os alunos e professores do Ensino Médio Integrado. Contudo, em que pese essa viabilidade, recomendamos como forma de oportunizar a realização de frequentes debates sobre o tema, e isso inclui a Lei Maria da Penha como parte do conteúdo, que seja pensada a implementação da temática nos três anos do ensino médio integrado.

Isso se justifica porque falar sobre violência de gênero, no momento em que estamos vivendo hoje, requer uma postura mais aguçada e mais proativa de todos os setores da sociedade, seja ele público ou privado, e isso inclui a escola/ Institutos Federais, considerados locais de produção, construção e desenvolvimento do conhecimento científico e social.

Ressaltamos, por fim, que a questão da violência de gênero é um problema coletivo, onde cada um de nós deve trabalhar no sentido de sua superação, a começar pela minimização dos fatores de discriminação e desigualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos sociais. Diante desse cenário, portanto, a escola deve assumir um papel de vanguarda na luta pela resignificação de papéis e consequentemente, na superação da violência que subjuga milhares de mulheres em todo o país.

REFERÊNCIAS

AVANÇO, Fabiana Renata; BATISTA, Flóida M.R.C. **A música como apoio no processo de ensino e aprendizagem.** Revista Eletrônica Científica Inovação e

Tecnologia, Medianeira, v. 8, n. 16, 2017. E – 4782. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/recit/article/view/e-4782>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 04 out. 2018.

_____. **Lei N.º 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 04 out. 2018.

Clavatta, Maria. **A formação integrada:** a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. Trabalho Necessário, Niterói, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

FRIGOTTO, G. **Trabalho como princípio educativo.** In: CALDART, R.; PEREIRA, I. ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

GUIMARÃES, Maisa C.; PEDROZA, Regina L. S. **Violência contra a mulher:** Problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 56-66, maio/ago, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822015000200256&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 mai. 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2º grau:** o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.

MOURA, Dante H. **Ensino médio integrado:** subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

RAMOS, Marise. **Concepção de ensino médio integrado.** Versão ampliada de exposição no seminário sobre ensino médio (Mossoró, RN), 2007. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

SANTOS, Ivone A. dos. **Diversidade na educação:** uma prática a ser construída na Educação Básica. Produção Didático-Pedagógica – Caderno Temático – apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná – PDE, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

ZABALA, Antoni. **A prática Educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZANATTA, Michelle Â.; FARIA, Josiane P. **Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade**: da superação dos signos pela ótica das relações de poder. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito. Salvador, v. 4, n. 1, p. 99–114, Jan/Jun. 2018. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/4209>>. Acesso em: 05 mai. 2020.